

# RADAR

favela

COVID-19

edição 11

junho 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

**ESPECIAL**  
**Covid-19, a fome e a rua**

Imagem: acervo Projeto Rua

# SUMÁRIO

**3 APRESENTAÇÃO**

**4 MEGAFONE**

**7 ESPECIAL: COVID-19, A FOME E A RUA**

**8 A RUA E EU Vânia Rosa**

**15 PANDEMIA E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA Léa Ramasine, Janáina Soares, Alexandre Martins, Joane Vaine e Adélia Rosa**

**19 A FOME DÓI, TEM VOZ E MATA!!! Adriana Martins**

**24 DA “FARINHA EUBRA” À CESTA BÁSICA Raimundo Carrapa**

**28 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?**

**29 3ª CONFERÊNCIA LIVRE DE SAÚDE EM MANGUINHOS André Lima**

**31 1 ANO DO PAINEL UNIFICADOR Painel Unificador Covid-19 nas Favelas**

**36 DEBATES**

**37 A JUVENTUDE DAS FAVELAS E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA PANDEMIA André Sobrinho e Luciane Ferrareto**

**41 MOBILIDADE TERRITORIAL E COVID-19, Maria Elizabeth Trindade**

**45 MOVIMENTOS SOCIAIS**

**46 COLETIVO EM MANGUINHOS APOSTA EM CULTURA NO COMBATE À PANDEMIA Coletivo Manguinhos Cria**

**49 EXPEDIENTE**



# APRESENTAÇÃO



Imagem: acervo Projeto Rua

*Radars COVID-19 Favelas* é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.

# MEMEFONE GAGANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.



**CATIRI:**

“O atendimento à comunidade, no Centro Municipal de Saúde do Catiri, voltou a funcionar de modo remoto. Observa-se um baixo retorno das pessoas para a segunda dose da vacina contra o coronavírus, principalmente da astrazeneca, por conta das reações à vacina. A vacinação da gripe ainda encontra-se muito baixa.” (Auricélia Mercês, Catiri)

**THIAGO DA CONCEIÇÃO, 16 ANOS, NEGRO, MORADOR DO MORRO DA FÉ, LOCALIZADO NA PENHA, ZONA NORTE DO RIO DE JANEIRO, MORREU APÓS SER BALEADO DURANTE UMA OPERAÇÃO POLICIAL:**

Thiago foi baleado na cabeça, dentro de casa, no dia 18 de junho de 2021. Na ocasião, a Polícia Civil realizava a “Operação Coalizão pelo Bem”, cujo objetivo seria o combate e repressão ao tráfico de drogas. Nos veículos de comunicação, a mãe de Thiago denunciou que a polícia negou socorro médico. Desde junho de 2020, uma decisão do Supremo Tribunal Federal na referida ADPF, também conhecida como ADPF das Favelas, determinou a proibição de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia, exceto em casos absolutamente excepcionais.

**DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ASSEGURA O ACESSO DA SOCIEDADE CIVIL ÀS COMUNICAÇÕES DAS OPERAÇÕES POLICIAIS:**

“O ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, concedeu uma decisão liminar retirando o sigilo de operações policiais no Rio de Janeiro. Até então, foi a primeira vez na história que a polícia colocou um sigilo integral das informações relacionadas às operações policiais. Na ocasião, a Polícia Civil, após uma incursão na favela do Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro, que culminou com a morte de 28 pessoas, classificou como sigilosos, por 5 anos, todos os documentos relacionados à operação Exceptio (nome dado pela polícia). Com a decisão, o Ministro possibilita que as instituições e movimentos sociais envolvidos na ADPF 635, conhecida como ADPF das favelas, tenham acesso aos documentos relacionados à referida operação

policial, excetuando apenas aqueles que digam respeito às informações de inteligência da polícia. A decisão, por ter caráter liminar, ainda será levada ao plenário, para que os demais Ministros e Ministras também decidam, ocasião em que poderá ser mantida, modificada ou revogada. Importante ressaltar que, mesmo sendo deferida em caráter liminar, ou seja, por apenas um Ministro, de forma isolada, ela já pode ser cumprida imediatamente, porque o Ministro Edson Fachin não condicionou o seu cumprimento à análise do plenário. Ainda não há data marcada para a análise da decisão pelo pleno. A expectativa é grande porque a decisão final tomada neste caso determinará se a polícia poderá ou não impor sigilo integral em todas as operações policiais.” (Djeff Amadeus, advogado que integra a luta coletiva na ADPF 635)

### **“SAÚDE SEM MÁSCARA”:**

A equipe responsável pela pesquisa “Monitoramento da saúde, acesso à EPIs de técnicos de enfermagem, agentes de combate às endemias, enfermeiros, médicos e psicólogos, no município do Rio de Janeiro em tempos de Covid-19” lançará o documentário “Saúde sem máscara”. No filme, trabalhador(es/as) do SUS municipal relatam as suas condições de enfrentamento à pandemia. A live de lançamento do filme acontece no dia 16 de julho (sexta-feira), das 19h às 21h, ao vivo pelo canal da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) no Youtube e ficará gravada. O estudo é coordenado pelas professoras e pesquisadoras da EPSJV Mariana Nogueira, Leticia Batista e Regimarina Reis.



# ESPECIAL COVID-19, A FOME E A RUA

Imagem: acervo Projeto Rua



## A RUA E EU

**Vânia Rosa**, ex-pessoa em situação de rua, militante e ativista de direitos humanos da população em situação de rua

Meu nome é Vânia Rosa. Eu sempre começo dizendo pra justificar eu estar na luta hoje, o fato de eu ter tido trajetória de rua. Eu sou uma “ex-pessoa em situação de rua”. Por quase 15 anos eu fiquei em situação de rua. No meu caso, pela minha dependência química. Isso já foi tratado. Eu sou uma adicta em recuperação. Eu sou uma usuária do equipamentos de assistência do Sistema Único de Saúde (SUS), que é o CAPS AD, com origem lá em São João de Meriti.



Imagem: acervo Projeto Rua

A rua tem várias questões, tem várias histórias que levam para aquele mesmo lugar, que é a calçada, a marquise e o papelão. O que leva à rua são várias questões, a minha foi por dependência química, a derrota e as perdas que tudo isso traz. Ao conseguir me livrar dessa dependência, eu também consegui sair da rua. Eu conheci vários grupos também que atendiam na rua, projetos, a sociedade civil organizada que ia ali e dava alguns encaminhamentos e começou a me mostrar caminhos via direitos humanos, via políticas públicas; e assim, efetivamente, eu consegui sair da rua.

Até que, em 2015, eu me encontro numa conferência de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Eu fui convidada para ser delegada; fui votada e fui como delegada representar o meu município São João de Meriti, já em recuperação da saída da rua e me apaixonei



Imagens: acervo Projeto Rua

pela causa. Eu me apaixonei pelos caminhos que existem pra que isso efetivamente seja um resultado concreto. Sair da rua via política pública, conhecendo os seus direitos, lutando por eles e encontrando com eles.

Aí já na condição de militante, como ativista, eu conheço o Fórum Permanente Sobre Pessoa Adulta Em Situação de Rua Do Estado do Rio de Janeiro, onde hoje eu também sou uma das coordenadoras. E conheço os “bambas”, eu chamo de “bambas” da militância, os “bambas” da luta, as pessoas que eu acredito até hoje, que estão aí, e com elas eu fui aprendendo também a conhecer as leis e acreditando que é através disso mesmo, isso é o que faz realmente acontecer essa libertação da invisibilidade, da injustiça social, e tudo que faz essas pessoas estarem ali, como foi o meu caso que falei aqui. A saúde mental, os equipamentos que atendem e lutam por eles. Enfim, eu sou um resultado disso.

Mas quando eu venho nessa caminhada, eu também vou conhecer o outro lado da moeda; um poder público omissivo, um poder público incompetente mesmo; covarde, porque tem tudo pra ser e não é, quando já falta



tudo; quando a fome é mundial. E isso é histórico! Mas quando você se esbarra com pessoas, com gestores, com governos que impedem o combate à fome, embarreiram... Sendo que do outro lado do muro, você tem todo esse banquete, quando você ainda tem que lutar contra a fome. Aí as coisas ficam complicadas.

O poder público que devia ter sido o primeiro a ter mais sensibilidade, mais afeto, naquele momento em que o mundo parou para se solidarizar, aqui ele foi o primeiro a fechar suas portas. Tá bom, todo mundo teve que se isolar, o medo é grande. Eu acredito realmente que uma das formas ainda mais eficazes da gente se prevenir do Covid é o isolamento, a máscara. Mas, poxa, como é que o poder público não tinha estratégia? Se a gente sem nenhum poder, sem nenhum recurso, a gente fez loucuras... Os trabalhadores da saúde fazem a diferença, quiseram fazer. Mas não puderam. O que eles iam fazer se eles também não tinham os recursos. Eles não tinham condições, eles não tinham Equipamento de Proteção Individual (EPIs) para ir para as ruas, não tinham dinheiro. Os pagamentos de salário dos trabalhadores, naquele momento, estavam atrasados. Isso é uma coisa. Então não vou falar deles. Mas vou falar das secretarias, dos gestores, da prefeitura, do governo, que foi assim, cruel. Fecharam as portas.

Os obstáculos são muitos. Tem que ser derrubado o preconceito, a omissão do poder público, o racismo estrutural; combater essa falta de políticas públicas, fazer reconhecer os direitos desconhecidos, mas que estão na constituição, então são leis. Se não for pelo amor, tem que ser pela lei, pela luta. E aí, a cada dia eu me apaixono mais. E onde eu me apaixono mais é quando eu encontro com aquelas pessoas que eu estive junto com elas e que me receberam quando eu estava destruída como pessoa. Eles não quiseram saber se eu bebia cachaça, se eu fumava crack, o que eu era ou não era. Eles me recebiam, me acolhiam e dividiam comigo um cobertor, às vezes o único que eles tinham, num frio exorbitante. Eles dividiam comigo um pão, quando eles já tinham passado um dia inteiro com





Imagem: acervo Projeto Rua

fome, mas eles eram capazes de dividir comigo. E eu conheci essas pessoas e também me apaixonei por elas. Mas eu me apaixono por elas todos os dias.

Por isso todos os dias eu vou com o projeto Juntando os Cacos Com Arte (JUCA), que é um projeto que eu também tive uma ideia assim, numa noite, numa madrugada de 2018 pra 2019. Eu pensava: “é difícil você ficar lutando só com bandeiras, com megafones e com esse poder público que é poderoso né? Tem que ter uma maneira de chegar a eles com alguma coisa que possa ser imediata e urgente. O que pode ser mais urgente do que fome e frio?”

Aí eu fundei o JUCA, o Juntando os Cacos com Arte, mas eu queria também que fosse através da arte, com os mosaicos, algo que tivesse próximo da realidade deles, porque são com materiais recicláveis e eles são, na maioria, catadores. E aí gerava ali a

autoestima, gerava ali a renda, gerava ali a condição de eles poderem ter autonomia financeira e efetivamente então também sair da rua.

Com a pandemia, a gente teve que se reinventar, porque eu não tinha as oficinas, eu não tinha o meio de continuar a fazer as exposições e aten-

der aquela galera ali, como a gente fez o ano inteiro de 2019. Mas eu sabia que eles estavam e continuavam ali e que mais do que nunca precisavam da gente com eles. A pandemia se oficializou em março, mas nós já sentíamos o impacto, porque eu sempre trabalhei nessa base. Lá na rua, na calçada, nas praças, a gente já estava sentindo que aqueles projetos que têm como perfil levar quentinhas, água, cobertores, esse atendimento imediato, eles se afastaram. Tiveram que fazer isso por questões de precaução, prevenção. Os medos de algo que a gente nunca viu, né! A pandemia de Covid é algo histórico, muito novo. E foi muito gritante, o mundo foi impactado com isso.

E aí eu pensei, como eu posso ajudar agora? Eu não posso fazer exposição, eu não posso juntar essa galera e aglomerar, correr riscos, levar riscos, mas eu preciso entrar. E cadê o pessoal que vem pra atender? Eles estão com fome, estão com frio. E agora?

Agora eu vou arregaçar as mangas. Aí comecei, peguei uma galera que também se disponibilizou a correr o risco, a gente ainda não tinha conhecimento exatamente do que era, como ainda não temos. Foram clareando algumas coisas. Aí eu pensei, vou fundar um coletivo, porque eu também não tinha condições estruturais e nem financeiras de atender com quentinhas todos os dias, levar lanche, etc. Eu não trabalhava com esse perfil, isso a gente fazia aleatoriamente, quando a gente ia nas rodas de conversa, mas eu não tinha as estruturas, muito menos a financeira.

Aqueles projetos que eram em rede, gente que eu já conhecia e já era conhecida que não podiam ir; eles repassavam para mim e para o meu grupo e a gente produzia, fazia e levava. E assim foi indo, aí foi crescendo. E por que que cresceu? Várias razões. Eles falavam que a pandemia ia acabar a qualquer momento, que ia se estabilizar e foi o contrário. Já está vindo aí acho que a décima onda, por aí! E aí a gente foi se reinventando, foi se adequando. Eu nunca via na minha vida, o número de pessoas na rua crescer assim, de um mês para o outro. O que a gente tinha em março de 2020, em média na rua, eram de 15 a 17 mil pessoas no município



do Rio de Janeiro. Aquilo foi para 20, 22 mil pessoas em situação de rua, naquele auge, de uma forma louca.

Você estava tropeçando nessa galera na praça. Não tinha carro na rua, os estabelecimentos todos fechados. Você andava de uma quadra a outra e você já encontrava 200 pessoas ali, pedindo pelo amor de Deus uma água para beber, porque os comércios todos estavam fechados. Eles não tinham nem condições de pedir uma água, que aliás, muitas vezes é ne-



Imagens: acervo Projeto Rua

gada. E aí vários projetos, várias ONGs começaram a doar pra gente os insumos, outros doaram cobertor, outros água, outro a logística do transporte e a gente alinhava e todos os dias a gente estava indo.

*Nos seis primeiros meses de nossas idas durante a pandemia, todos os dias eram 300, 200 águas; 200 quentinhas; era a roupa.*

Quando a gente pensa que não, essa galera cresce com as pessoas das comunidades que desciam para a rua, porque não tinham alimento mais em casa: os trabalhadores informais, camelôs, etc. Eles não tinham mais para quem vender. Os catadores não tinham o que que catar. Aqueles que ainda conseguiam pagar um quartinho em alguma favela, alguma comu-

nidade mais barata, eles estavam sendo expulsos porque não tinha mais como pagar seus aluguéis. E aí não descia um não, descia a família inteira, inclusive crianças, e a gente via tendas arrumadas na rua. Famílias,



idosos, casais de idosos sem receber apoio algum. Aquela velha história, o outro tinha o bujão e não tinha o gás, o outro tinha o gás mas não tinha o alimento. Tinha uma galera que cozinhava na rua, porque não tinha mais como cozinhar em casa, perdeu a casa, foram expulsas das suas comunidades porque não conseguiam pagar os aluguéis; outros tiveram que descer mesmo e abandonaram tudo, eles traziam algumas panelas, algumas coisas e cozinhavam na rua. Outro dia mesmo, eu fui servir um café da manhã ali na Avenida Primeiro de Março, daquele calçadão em frente ao fórum do Rio e, do outro lado do edifício-garagem, eram vários fogareiros e eles cozinhavam lá, alguns coletivamente.

Então a gente já começou a doar alimentos não perecíveis, cestas básicas, para eles. Depois, com o tempo, também outras frentes vieram e também essas mesmas pessoas começaram a ocupar espaços públicos e abandonados no centro da cidade. Ocupações que já tinham e outras que eles foram ocupando. O número de ocupações aumentou.

A recepção deles à vacina está sendo maravilhosa, porque já estão conscientizados. No início da pandemia, tivemos que panfletar as informações sobre lavar as mãos, uso da máscara, distanciamento. Levamos produtos de higiene para eles e muita água, muito sabonete, detergente e muita máscara. E junto com esse material, levávamos informação, porque eles não tinham acesso à mídia. Alguns viam a gente chegar com máscaras, não tinham muito acesso à informação sobre a pandemia e estranhavam: “Por que o pessoal está chegando com máscara?”; e a gente tinha que estar ali informando o que estava acontecendo. Mas hoje não, hoje eles estão conscientizados e eles estão pedindo os Equipamento de Proteção Individual. Agora eles mesmos perguntam: “Trouxe máscara? Tem vacina?”. Eles mesmos falam, porque a rua fala para a rua.

Imagem: acervo Projeto Rua



## PANDEMIA E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

**Léa Ramasine** (Diretoria Social); **Janaina Soares** (Diretoria de Projetos); **Alexandre Martins** e **Joane Vaine** (Coordenação do Projeto Recomeçar); **Adélia Rosa** (Assistente Social).  
Voluntários **Grupo de Estudos Integrais Demétrius** e do **Instituto Socioeducacional Reaprender**



Imagem: acervo Projeto Recomeçar

O GEID, Grupo de Estudos Integrais Demétrius, é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos. Há mais de 30 anos, o GEID atua no território da Ilha Governador atendendo demandas de questão social, contando sempre com voluntários para essas ações. A experiência do trabalho comunitário levou a identificação de inúmeras necessidades, dentre elas o apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre essas a população em situação de rua.





Imagem: acervo Projeto Recomeçar

Com a ampliação dos objetivos, especialmente relacionado à ações educacionais, mas também culturais e assistenciais, a partir de 2017 demandou-se uma nova institucionalidade, sem fins religiosos, com vistas a uma atuação regionalizada para o desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos, atividades e eventos socioeducacionais. Assim, surge o Instituto Socioeducacional Reaprender (ISR), que desde o ano passado passou a ser responsável por fazer a gestão dos projetos sociais do GEID.

O atendimento à população em situação de rua começou na década de 90 com um movimento que era chamado “Ronda da Caridade”. Fazíamos uma rota na Ilha do Governador para entregar quentinhas uma vez por mês. Ao longo dos anos adaptou-se às demandas identificadas e atualmente denomina-se “Projeto Recomeçar”. Com o tempo montou-se uma equipe com profissionais de psicologia, direito, assistência social, para auxiliar essas pessoas a acessarem direitos e equipamentos públicos, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Estratégia de Saúde da Família (ESF), inseri-los no Sistema Nacional de Regulação (SISREG) para que possam ter um atendimento mais rápido. E aqueles que em algum momento conseguem um trabalho informal e alugar um quartinho, eles sempre precisam de um fogão, botijão de gás, e aí, a nossa equipe busca viabilizar esses objetos e utensílios para que eles possam ter o mínimo de condições de fazer o alimento.



Nesse período de pandemia é visível que tem muito mais gente na rua. Pelo tempo de trabalho que nós temos, nós conhecemos muita gente e através da nossa circulação pela Ilha do Governador nós identificamos muitas pessoas novas que até então não víamos na rua. É possível perceber pelo olhar que a pessoa não está há muito tempo na rua, é o jeito de agir, a forma que anda. Dá pra identificar que é diferente.

Uma coisa que nós tentamos fazer é unir as famílias, porque eles ficam à margem da sociedade e a família meio que despreza essas pessoas que por algum motivo foram para a rua, seja por drogas, por álcool, ou por alguma situação. Então, a gente tenta integrar essas pessoas ao seu convívio social. Com a pandemia a gente observa que essa situação piorou demasiadamente. Antes você encontrava uma pessoa apenas que estava na rua, agora você começa a encontrar não só uma pessoa, mas a esposa, os filhos. A situação em que a gente se encontra agora está muito mais difícil.

*Sobre a questão da vacinação das pessoas em situação de rua, ela vai esbarrar na questão da documentação. Porque muitos deles estão sem documentação; perderam, foram roubados, e isso vai ser um entrave. Alguns de nós trabalhamos na saúde e temos encontrado de dificuldades para que eles possam ser vacinados, porque muitos perdem os documentos, daí precisa tirar a segunda via e passa o prazo da vacinação. Então nós vamos com a pessoa até a unidade de saúde e ouvimos que: “tem que aguardar a repescagem”. Mas quando vai ser? “Não, tem que ficar em alerta!”. Só que eles não têm televisão, não têm rádio, não têm celular, para poder identificar a época da repescagem para que possam se vacinar. Então são coisas burocráticas que estão atrasando a vacinação.*

O serviço de saúde não tem apenas um, dois ou três pacientes. Em um dia são atendidas vinte, trinta pessoas. Portanto, não é possível sair da unidade de saúde e ir até o local onde aquelas pessoas estão para dizer: “Olha, é hoje, é amanhã”. E com isso o tempo passa e eles ficam sem vacinação. E às vezes a repescagem é dia de sábado, nem todos

profissionais trabalham dia de sábado. Então isso é uma bola de neve e sabe-se lá quando essas pessoas conseguirão ser vacinadas. Se não tiver uma equipe que possa ir até às ruas e tentar vacinar essas pessoas, infelizmente elas serão os menos favorecidos com a vacinação.

A questão da informação, que foi muito prejudicada para todo mundo, foi muito mais para eles. E tem essa ideia de só procurar o médico quando você está doente, então eles não tomam vacina: “Eu não tenho nada então eu não preciso ir ao médico”. Não tem essa ideia de prevenção. E claro, essas pessoas não são estimuladas a isso, tem a questão da dificuldade do acesso a direitos, tem toda uma questão social envolvida nisso. No começo, andando aqui pela Ilha do Governador, várias vezes quando nós encontrávamos o pessoal nós dizíamos: “Olha, vai ter que tomar a vacina. Tem que tomar a vacina”. Não tinha nem vacina ainda, e a gente dizia: “Olha vai ter que tomar vacina, usa máscara.” E eles diziam: “Ah, não! Não precisa de vacina não. Tomo uma cachaça e não pego o vírus”. Mas isso era o que todo mundo falava. A gente consegue fazer um filtro, mas o que foi massificado foi isso. Houve um intenso trabalho de desinformação por parte de governos. O que chegava à população era que podia ficar sem máscara, não precisa de vacina. Inclusive, muitas instituições religiosas fundamentalistas contribuíram para negar as medidas sanitárias e passar informações equivocadas. Imagina como chega a informação para pessoas que estão na rua.

Imagem: acervo Projeto Recomeçar



## A FOME DÓI. TEM VOZ E MATA!!!

**Adriana Martins**, feminista negra e de asé. Ativista da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMBRio) e do Movimento Negro Unificado-Nova Iguaçu/RJ. Integrante da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa.



Imagem: acervo pessoal Adriana Martins

Nasci na ditadura, no ano de 1971, na Favela do Acari. Nasci em casa. Ou melhor, num barraco, que pegou fogo depois e foi substituído por um barraco de tijolo do governo e foi vendido por familiares. Nós, as filhas, nunca vimos a cor desse dinheiro.

A lembrança, entre tantas, é por volta dos meus cinco anos. A imagem e a dor que me vem é a da fome. Minha mãe, nessa época, muito jovem mãe, solteira, hoje se diz mãe solo, tinha eu e minha irmã Tina pra sustentar. E quando minha mãe ficou grávida da nossa irmã Paulinha, hoje com 48 anos, e quem não vejo desde os dois anos de idade, a situação só piorou. Então a

coisa ficou muito complicada em matéria de sustento. Ninguém aceitava minha mãe por ela estar grávida.

A vida estava uma carestia só (1978/79), ainda estávamos na ditadura. Eu sabia lá na época o que era isso? Mas sabia o que sentia, o que dóia. Era a Fome. Lembro muito da minha mãe cozinhando à lenha ou no fogão de lata com querosene. Aliás, que ninguém faça isso, mas minha mãe por



centenas de vezes misturava querosene com açúcar para dilatar meus brônquios. Fui uma criança com bronquite crônica e saúde, não tínhamos medicamentos. Viva nosso SUS de cada dia! Nos dias de hoje mais ainda!!!

Tomei minha primeira dose da Pfizer agora, no dia 19 de junho. Aproveito pra externar minha profunda gratidão à ciência e aos profissionais de saúde: médico, enfermeira, técnico/auxiliar de enfermagem, ao motorista de ambulância, administrativos, etc. Não sei dizer se foram as simpatias, ou minha mãe, pois após a morte dela, minhas crises cessaram. Meus ancestrais devem ter as explicações. Aliás, não sei o que teria sido de mim se não fossem eles e os orisás.

Mas, voltando à fome nos período da minha infância, lembro que por diversas e muita vezes não tínhamos nada. E quando digo nada, é nada mesmo. Me recordo de um natal em que minha mãe preparou comida o dia inteiro e a mulher disse que só a pagaria alguns dias depois; ainda revistou a bolsa da minha mãe e contou todos os assados antes de sairmos. Ou seja, senti cheiro de comida gostosa o dia todo e a noite não tínhamos o que comer. Lembro-me desse natal até hoje, da minha mãe chorando.

Foi assim que aprendi a cozinhar. Vendo minha mãe cozinhar. No meu primeiro arroz, eu tinha a idade de seis anos. Minha mãe doente. Estava sobre uma cama de várias tábuas e panos. Não tínhamos cama.

Nossa alimentação, repetidas vezes, era mingau de farinha de trigo, de fubá, cuscuz de bafo, farofa e bolinho frito de farinha de trigo. Arroz era festa. Fruta mais ainda. Talvez seja por isso minha aversão à carne vermelha! Mas a minha mãe não pedia nada a ninguém, nem mesmo às irmãs casadas. E não nos deixava falar dos nossos sofrimentos com ninguém. Quando a Folia de Reis passava, era uma festa. Porque as casas se abriam e tinha comida pra todo mundo. Só voltei a ver isso no candomblé, três décadas depois. E assim fomos vivendo.

Entre meus sete e oito anos, quando minha mãe osun percebeu que eu já tinha condições de atravessar uma rua sozinha, ela me mostrou o caminho da comida. Estava tão perto. Eu comia sempre legumes e frutas na casa de uma colega na favela e um dia disse à ela: “Sua mãe é rica. Aqui sempre tem tanta coisa pra comer: frutas e legumes”. Ela me respondeu: “Rica nada. Minha mãe pega na Ceasa”. Então perguntei: “Onde é a Ceasa?”. Ela me me respondeu: “Do outro lado da rua”. Vocês devem estar se perguntando por que eu passava tanta fome, se morávamos tão perto do Ceasa. Porque minha mãe não pegava nada. Orgulho? Não sei. Talvez. Gostaria de poder lhe perguntar. O fato é que a partir do dia em que aprendi onde tinha a comida na Ceasa, nunca mais passei fome.

Apanhei da minha mãe algumas vezes por ir atrás do alimento, mas disse a ela que preferia sentir a dor das pancadas do que a dor da fome. Por fim ela parou, porque além de acabar com a fome dentro da minha casa, da minha família, eu passei a ganhar dinheiro com a Ceasa. Ajudei uma mulher que veio do Sul com seu marido e moraram no mesmo beco que eu, ela estava grávida. Eu ajudei a varrer e passar pano e outras coisas. Juntei dinheiro, comprei três bacias plásticas e passei a vender legumes e frutas da Ceasa na Favela do Acari. Do que eu conseguia pegar na Ceasa fazia outra seleção em casa e vendia. Todo dia tinha dinheiro.

O interessante foi que o marido dessa mulher, não consigo lembrar mais o nome, ele arrumou emprego de copeira com carteira assinada para minha mãe, numa fábrica de quadros no Encantado. Não sei se

Imagem: acervo pessoal Adriana Martins



ainda existe. E foi com esse emprego que minha mãe pôde nos deixar uma pensão. Pensão essa que não tivemos muito acesso, pois foi usada pela família. Digo isso porque minha mãe veio a óbito aos trinta e um anos de idade, de infarto. Seu corpo de mulher negra não suportou a dureza da ditadura e a pressão do racismo.

Após passar muitos anos, me deparo com a campanha contra a fome do Betinho, através da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, na década de 1990. Vejo o quanto é perverso o capitalismo. E nos dias de hoje, na pandemia, vejo a luta da sociedade contra a fome e por vacina. E a pandemia também nos mostra o Brasil que sempre foi denunciado pelo Movimento Negro e de Mulheres Negras: o Brasil racista e desigual. Nossos antepassados construíram as riquezas do capital não só aqui no Brasil, mas na maioria dos países nas Américas e Europa. E no entanto, nós, os descendentes, não temos o mínimo como o direito à comida e à existência. Morremos que nem barata no Brasil. Fruto de uma política de Estado racista.

A primeira vítima de Covid-19 no Rio de Janeiro foi uma mulher negra, empregada doméstica. Essa categoria de trabalhadoras composta em sua maioria por mulheres negras convive no seu cotidiano com as violências oriundas do período mais nefasto da humanidade: o período da escravização e tráfico de mulheres, homens e crianças, sequestradas do continente africano para diversas partes do mundo para enriquecer o capitalismo.

Nessa pandemia tem pipocado casos e mais casos de mulheres negras resgatadas pelo Ministério Público do Trabalho em situação análoga a escravidão. Só aqui no Rio de Janeiro temos dois casos na Zona Norte. Organizações como a ONU Mulheres Brasil, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ), Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, Movimento Negro Unificado (MNU-RJ)



e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) têm feito uma belíssima campanha para sensibilizar a sociedade a denunciar e impedir esses casos, assim como divulgar dados sobre a situação dessa categoria durante a pandemia.

O trabalho doméstico foi considerado essencial nessa pandemia, mas as trabalhadoras domésticas não foram inseridas na prioridade de vacinação. Só agora, bem recentemente, foi aprovada a Emenda nº 12 de autoria da Deputada Federal Benedita da Silva ao Projeto de Lei nº 1011/2020. Essa Emenda inclui as trabalhadoras domésticas no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19.

O período que acho que tivemos uma trégua em matéria de fome foi num tempo não tão distante com diversas políticas de soberania alimentar. E agora, vivemos com a voz da fome, com o aumento da fome por onde andamos no Brasil. Recentemente, eu estava comendo em um restaurante numa mesa na calçada com minha irmã Rogéria quando se aproximou de nossa mesa uma pessoa em situação de rua. Ele dizia: “É fome. É fome. É a fome, moça. É fome. É fome”. Enquanto perguntava se podia pegar o que sobrava à mesa. Esse homem falava com uma entonação tão doída e desesperada que nem eu, nem minha irmã, conseguimos esquecer. Porque só quem já passou e sentiu, sabe e conhece a dor e a voz da fome. Essa dor nos mata. Mata nossa saúde. Nossa existência. Nossa dignidade.

Osalá queira que nós humanos nessa terra, tenhamos a dignidade de fazermos um pacto pelo fim da fome no Brasil e na humanidade.

## DA “FARINHA EUBRA” À CESTA BÁSICA

**Raimundo Carrapa**, Movimento Negro Unificado Favelas,  
Vila Kennedy



Imagem: acervo pessoal Raimundo Carrapa

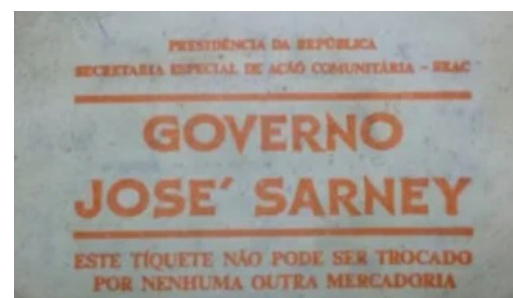
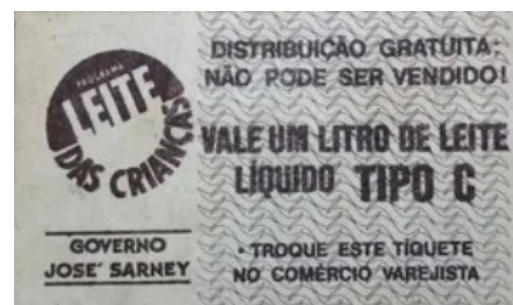
Quem lê esse artigo agora, talvez não saiba que bairros como a Vila Kennedy, Paciência, Cidade de Deus e Aliança foram construídos nos anos 60 com verba dos Estados Unidos – através do projeto “Aliança Para o Progresso” (daí, o nome da Vila Aliança) –, com o intuito de remover moradores de favelas das zonas Sul e Norte: como as do Morro do Pasmado e Favela da Praia do Pinto, na Zona Sul; e Ramos e Favela do Esqueleto na Zona Norte. Inclusive, a Favela do Esqueleto tinha este nome, em razão de ter sido uma invasão aos esqueletos dos prédios em construção, do campus da antiga UEG – Universidade do Estado da Guanabara, hoje, UERJ, no Maracanã.

Me lembro de quando era criança, que as famílias aqui da Vila Kennedy recebiam uma ajuda social do projeto “Aliança para o Progresso”, que trazia em seu bojo o programa “Alimentos para o Mundo” para ajudar no problema de desnutrição, enfrentado por uma grande parte dos moradores do bairro, principalmente, as crianças. Esta ajuda consistia principalmente na distribuição de um leite em pó enriquecido, que chamávamos “Leite Americano” e uma farinha láctea, chamada Farinha “EUBRA”, em alusão ao convênio entre EU (Estados Unidos) e BRA (Brasil), que trazia uma logomarca com a esfinge de um aperto de mãos entre uma mão com manga de paletó da bandeira dos Estados Unidos e a outra mão, com a bandeira do Brasil. Essa ajuda era distribuída, prioritariamente, às grávi-

das, lactantes e mães de crianças menores de idade, tendo preferência as que estivessem sob maior risco alimentar.

Dizia o governo, na edição de 04/08/1964, do jornal “A NOITE”, que “100 gramas de Farinha EUBRA, equivalem a um bife, um ovo e um copo de leite, que perfarão 426 calorias”<sup>1</sup>. Era o ano de 1964, um período de ditadura militar recém-implantada no Brasil e era preciso mostrar algum traço de generosidade com o povo pobre, que, entre outras coisas, havia sido removido de suas casas à força, para evitar qualquer tipo de aversão ao novo regime. Daí, o “trabalho social”, criado e mantido pelo governo. No entanto, esta bondade ocasional, durou apenas até 1974, quando o “Leite Americano” e a Farinha “EUBRA” deixaram de ser entregues às famílias, que então, voltaram à condição de penúria.

Porém, era preciso manter o povo naquele estado de necessidade, mas criar algo que substituísse a perda do leite e da farinha. Assim, surgiu o “Ticket do Leite”, que era distribuído aos mais pobres, no entanto, este projeto era bem mais abrangente, pois se estendeu a todo o estado do Rio de Janeiro. Mas, como “tudo que é bom, dura pouco”, logo foi descoberto o desvio dos recursos do programa e ele foi extinto sob a alegação de combater a corrupção, ao invés de se punir os culpados e seguir com a distribuição.



Veio então a Constituição de 1989, a “Constituição Cidadã”, que criou e ampliou direitos sociais e com isso, vieram programas como Vale Gás, Cheque Cidadão, Bolsa Escola, e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), com abrangência estadual e nacional, mas todo este esforço ainda não foi suficiente para erradicar a fome.

<sup>1</sup> Fonte: [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970\\_06&pagfis=12116&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_06&pagfis=12116&url=http://memoria.bn.br/docreader#)



Em 16/09/2014, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), publicou relatório que excluiu o Brasil do “Mapa da Fome”<sup>2</sup>, por conta dos programas sociais, implantados pelos governos de Lula e Dilma, que foram eleitos desde 2002 e neste período consolidaram o “Estado de Bem-estar Social”, através da criação do MESA – Ministério Especial da Segurança Alimentar, que produziu programas como o “Fome Zero”, e o “Bolsa Família” e de ações de ascensão social com geração de empregos, através de investimentos públicos e os acessos aos ensinos médio e superior pelos mais pobres.

Em 2016, o país começa um processo – inicialmente imperceptível – de retorno ao “Mapa da Fome”, com a aprovação do “Teto de Gastos”, a retirada sistemática de direitos sociais e trabalhistas. A consequência foi a acentuação da fome, da miséria e do desemprego. E como se isso fosse pouco, veio a Pandemia da Covid-19, que grifou ainda mais o



Imagem: acervo pessoal Raimundo Carrapa

flagelo do povo pobre brasileiro, mas, ao mesmo tempo, obrigou a criação de redes de proteção solidária e combate à fome, onde organizações, movimentos e até partidos políticos, além de pessoas comuns, organizaram mutirões de distribuições de cestas de alimentos e produtos de limpeza e higiene, apelidadas de “Cestas Básicas”.

Porém, um detalhe curioso me chamou a atenção: Nestas redes de proteção, por incrível que pareça, não identifique Igrejas, como patrocinadoras ou colaboradoras destas ações solidárias, apesar de muitos de seus fiéis serem beneficiários das distribuições. Talvez, porque sua fonte de renda – Dízimos e ofertórios – tenham sofrido bruscas quedas, em função do

<sup>2</sup> Fonte: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>

aumento assustador do desemprego e dos minúsculos índices da recolocação, no mercado de trabalho.

No começo, ainda havia um entusiasmo significativo, que, somado à solidariedade humana, ao fato de muitas pessoas ainda estarem empregadas e as recém-desempregadas ainda estarem recebendo algum benefício, como o Seguro Desemprego e a expectativa de que a pandemia durasse menos tempo, o volume de cooperação era bastante significativo, mas, como todos estes indicadores superaram as expectativas, de forma negativa, a ajuda começou a se tornar escassa, ao ponto de hoje vermos voluntários de outrora se tornarem beneficiários das próprias campanhas que ajudaram a organizar e executar.

Em 2020, o Parlamento Nacional (Câmara e Senado) aprovou um auxílio emergencial de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais) <sup>(3)</sup>, que, em princípio, teria a duração de 6 meses e que ajudou muitas famílias a ter um mínimo de capacidade de sustento, porém, ao fim das parcelas, o poder executivo avaliou que R\$150,00 (Cento e Cinquenta Reais), seria um valor razoável para a manutenção das famílias e também promoveu cortes, no cadastro anterior, reduzindo a quantidade de beneficiários do auxílio.

*No fim da minha reflexão, observo que da Farinha “EUBRA” a “Cesta Básica”, o povo pobre – da Vila Kennedy ao Brasil – tem sido vítima do assistencialismo, da covardia e do ódio de uma elite que não suporta nos verter alguma ascensão social e agem sempre no sentido de nos colocar em posição de penúria, para aceitar a miséria, com resignação, em nome de um Deus, das igrejas que frequentam, mas que nada tem a ver com o Deus bondoso e generoso que aprendemos a amar e respeitar.*

## O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

Imagem: Conferência 2019 - Roberta Nunes da Cooperação Social Fiocruz





# 3ª CONFERÊNCIA LIVRE DE SAÚDE EM MANGUINHOS

**“Por políticas públicas saudáveis e sustentáveis”**

**André Lima**, Conselho Comunitário de Manguinhos



Imagem: Conferência 2019 - Roberta Nunes da Cooperação Social Fiocruz

Nos dias 24 e 31 de julho acontecerá a 3ª Conferência Livre de Saúde em Manguinhos, que traz este ano o tema “Por Políticas Públicas Saudáveis e Sustentáveis”. O evento é promovido pelo Conselho Gestor Intersectorial Teias Escola Manguinhos (CGI) em parceria com o Conselho Comunitário de Manguinhos, com apoio da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (ASFOC-SN) e da Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz.

A sua primeira edição, em 2011, foi construída em articulação com outras redes importantes do território — como o Fórum do Movimento Social de Manguinhos e o Conselho Comunitário de Manguinhos — com a proposta de promover debates que viessem a subsidiar a

organização e o funcionamento do recém-criado CGI. Em sua segunda edição, realizada em 2019, a Conferência Livre de Saúde ajustou-se ao lema da 16ª edição da Conferência Nacional de Saúde evocando “Saúde e Democracia já para os moradores de favelas”.

Para a realização da terceira edição, partiu-se de um diagnóstico que constatou que o desemprego e a precarização das relações de trabalho, a violação dos direitos humanos, o desmonte das políticas de seguridade social e educação, a governança da cidade de forma excludente, dentre outros elementos, contribuem para o adoecimento agudo da população brasileira ao ampliar o dano já criado pela histórica desigualdade social. Dessa forma, é preciso repensar o papel das políticas públicas e sua organização para produzir vida e saúde, sobretudo em territórios de favela e periferia.

Nesta linha de reflexão, quatro temas foram eleitos como prioritários pelos moradores de Manguinhos para o debate nos dias do evento: I. Enchentes e Saneamento em Manguinhos; II. Sucateamento e precarização da assistência à saúde; III. Desemprego; IV. Violências e seus impactos na Saúde. Estes temas serão apresentados em sessões com breves exposições, seguidas do microfone aberto. O consolidado será utilizado para compor a Carta Pela Vida Manguinhos 2021. Cabe ainda indicar que a realização da 3ª Conferência Livre de Saúde de Manguinhos no primeiro ano do novo governo municipal se apresenta como estratégico para garantir a participação popular na construção de políticas públicas, ao lado de outras conferências locais, em especial no que tange à política de saúde.

Como nas duas primeiras edições, a Conferência Livre de Saúde é um evento aberto a todos e todas, com voz e voto dos que moram nas favelas que compõem o território de Manguinhos e que nelas trabalham (profissionais de saúde, professores, garis, etc).

# 1 ANO DO PAINEL UNIFICADOR

## Painel Unificador Covid-19 nas Favelas

Este mês o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas ([www.favela.info](http://www.favela.info)) marca um ano desde seu lançamento. A última atualização do painel, desenvolvido através de 24 coletivos de favela e aliados, inclusive com apoio de técnicos da Fiocruz, documenta 77.000 casos e quase 6.000 mortes nas favelas fluminenses desde o início da pandemia, sem contar com as subnotificações e baixa testagem e cobrindo somente 68% dos domicílios em favelas da capital. Quer dizer: os dados reais são ainda mais altos. Assim mesmo, o número de mortes só em nossas favelas chega a ser maior do que em 166 países inteiros desde o início da pandemia.



Imagem: print 13/07/2021 no site <https://bityli.com/v40bM>

A proposta do Painel Unificador surgiu já no início da pandemia, em abril de 2020, quando organizações comunitárias integrantes de projetos organizados pela ONG Comunidades Catalisadoras (ComCat) relatavam, semanalmente, casos e mortes durante reuniões virtuais,



principalmente da Rede Favela Sustentável (RFS). Ao ouvir destes casos, e por estar notificando a pandemia pelo seu site de notícias, o RioOnWatch, a ComCat montou uma planilha para acompanhar os casos noticiados pelas suas redes comunitárias. Juntou-se a estes casos as fontes do Voz das Comunidades e Fala Roça, jornais comunitários que estavam fazendo acompanhamento de casos em várias favelas, além de casos noticiados em jornais. Porém, em nenhum lugar, a Prefeitura estava fazendo um levantamento por favelas. Isso apesar de termos sabido, desde o início da pandemia, que as favelas seriam as regiões mais vulneráveis da nossa cidade.

Para atender essa demanda por dados nas favelas, para que pudessem ser realizadas ações preventivas e de apoio estratégico, e pela falta de ação do poder público, a ComCat começou a se reunir junto com os coletivos e grupos comunitários que estavam na linha de frente da resposta à Covid-19 em seus territórios. Isso em maio de 2020, quando simultaneamente conseguiu, através de parceiros internacionais, conectar com a empresa de mapeamento global, Esri, que cedeu o trabalho de um engenheiro durante um mês para a montagem do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas.

Durante reuniões semanais destes coletivos em junho de 2020 o Painel foi sendo desenvolvido, a parte técnica por este engenheiro e os dados pelos coletivos, utilizando fontes principalmente compostas por relatores locais. Os relatores variavam: de grupos captando dados por formulários virtuais a grupos indo de porta em porta, ou analisando os dados da prefeitura. Ainda outros, recebiam familiares de doentes em suas sedes e contabilizavam casos dessa forma, ou levantavam dados em clínicas da saúde locais, ou por WhatsApp.

Isso até que finalmente, em 7 de julho de 2020, o Painel foi lançado em coletiva de imprensa virtual, refletindo dados de 123 favelas, com falas dos coletivos integrantes destacando a sua importância. De lá para cá foram realizadas mais três coletivas de imprensa, cada vez alertando

para novos dados e situações de vulnerabilidade preocupantes ([bit.ly/PUFColetivas](https://bit.ly/PUFColetivas)). Realizar as coletivas é sempre uma decisão coletiva, tomada durante as reuniões semanais (em 2020) e quinzenais (em 2021) dos integrantes. Nestas reuniões—que servem também como espaços de troca de afetos onde a situação pesada da pandemia é relatada através das próprias lideranças locais—momentos críticos foram sendo percebidos ao longo da pandemia antes mesmo de serem relatados na imprensa. Assim foi percebida a importância de se realizar as coletivas.

Foram também realizadas três campanhas. A primeira [#DadosSalvamVidas](#) foi lançada nas redes sociais e é realizada através de um vídeo desenvolvido pelo LabJaca do Jacarezinho ([video.favela.info](https://video.favela.info)). O objetivo: comunicar a importância de coletar dados nas favelas e realizar ações com base nestes dados, que garantam a sobrevivência da população. A campanha também utilizou a hashtag [#DadosSãoPoder](#), pois sem dados, não há política pública.

A segunda campanha [#VacinaPraFavelaJá](#) ([vacinaja.favela.info](https://vacinaja.favela.info)) chegou junto das vacinas no Brasil, chamando atenção para os numerosos motivos pelos quais a vacina deveria ser priorizada em territórios de favela. O artista Carlos Latuff realizou a charge solidária da campanha, que foi enviada para todos os vereadores do Rio de Janeiro e assinada por 48 instituições.

Finalmente foi realizada uma campanha internacional contra a fome e por cestas básicas para os coletivos envolvidos no Painel, trazendo R\$10.000 em doações para cestas básicas, muitas das quais foram realizadas em parceria com pequenos produtores agroecológicos da Região Metropolitana do Rio, apoiando “dos dois lados”.

Aos poucos os integrantes do Painel foram identificando novas fontes de dados. Foi inclusive desenvolvida uma nota técnica pelos voluntários do projeto ([metodologia.favela.info](https://metodologia.favela.info)), e os dados foram liberados para análise por pesquisadores e jornalistas. Grupos novos chegaram para

participar das reuniões, como o coletivo de mulheres, A.M.I.G.A.S. de Itaguaí, que havia feito o trabalho de coleta de dados em domicílio em cinco favelas, sem lugar para divulgar estes dados, chegando no Painel dando um triste susto ao incluir seus dados, que ficaram em segundo lugar no Painel. Com o tempo, o Painel contou com a expertise de Renata Gracie, pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), que desenvolveu uma técnica de identificar “Áreas de Influência de CEP” para qualquer favela, utilizando mapas para realizar uma profunda análise. Através deste levantamento, identificando os CEPs aproximados de favelas que pudessem ser lançados no Painel, favela por favela da cidade, e pela parceria com o projeto Covid por CEP ([covidporcep.rio.br](http://covidporcep.rio.br))—que repassa os dados destes CEPs para inclusão—hoje o Painel consegue refletir dados de 330 favelas, 324 delas no município do Rio.

Atuar próximo aos dados e às pessoas mais responsáveis pela prevenção nos territórios mais vulneráveis da nossa cidade tem possibilitado uma compreensão maior da pandemia pelos integrantes. Durante as reuniões regulares, a troca de informações é muito rica, esclarecimentos são prestados e o apoio mútuo é garantido.

É comum a imprensa, por exemplo, que tem chegado em peso para cobrir o impacto da pandemia nas favelas e com isso utilizado bastante os dados do Painel Unificador, chegar em conclusões equivocadas. Por exemplo, olhando para o Painel e vendo a Maré em primeiro lugar e presumindo que isso é fruto de um maior contágio na Maré do que em outras comunidades. A verdade é totalmente diferente: a Maré consta em primeiro lugar por conta da qualidade do levantamento sendo feito lá, onde os dados representados no Painel Unificador são aqueles da ONG Redes da Maré, uma organização grande com presença importante em todas as favelas da Maré, que inclusive conseguiu apoio para realizar a testagem em massa. O fato é que a Maré é talvez a única favela onde os dados se aproximam da realidade.



Havendo completado um ano de existência do Painel Unificador, os coletivos estão se preparando para uma nova live, no dia 22 de julho, às 14h, para realizar uma retrospectiva sobre o impacto da pandemia em seus territórios neste ano, e falar do agora. Também será apresentada pela primeira vez uma análise de dados histórica, cobrindo as 330 favelas hoje contempladas no Painel, desde o início da pandemia. O que essa análise—e toda a proposta e realização do Painel—demonstra é simples: o levantamento por favelas não é nenhum bicho de sete cabeças. Está sendo realizado há um ano por um grupo de voluntários e novatos da sociedade civil. Imagina-se então o que poderia ter sido feito, caso a Prefeitura tivesse cumprido com sua função desde o início da pandemia, e levantado dados para dar resposta imediata à situação?

Saiba mais e se inscreva para o evento do dia 22/julho:

[www.bit.ly/LIVEPainel1Ano](http://www.bit.ly/LIVEPainel1Ano)

### **Conheça os 24 coletivos e aliados que compõem o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas:**

A.M.I.G.A.S. | Associação Vó Cleusa | Centro Comunitário Raiz Vida |  
Centro Social Fusão | Coletivo CDD | Coletivo Conexões Periféricas-  
RP | Comunidades Catalisadoras | Covid por CEP | Data\_Labe |  
Dicionário de Favelas Marielle Franco | Fala Roça | Favela Vertical  
| Fiocruz | Fórum Grita Baixada | Frente de Mobilização da Maré  
| Instituto Educacional Araujo Dutra | LabJaca | Maré de Notícias  
| Marias em Ação | Mulheres de Frente | Observatório de Favelas |  
PerifaConnection | Redes da Maré | SOS Providência | TETO



## DEBATES

A seção Debates desta edição apresenta dois textos: o primeiro, de autoria dos coordenadores da Agenda Jovem Fiocruz, André Sobrinho e Luciana Ferrareto, sobre a juventude das favelas e as consequências sociais da pandemia; o segundo, de autoria de Maria Elizabeth Trindade, sobre acesso à moradia, mobilidade territorial e Covid-19.

# A JUVENTUDE DAS FAVELAS E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA PANDEMIA

**André Sobrinho,<sup>1</sup> Luciane Ferrareto<sup>2</sup>**

Apontaram armas para nós enquanto tentávamos entrar no carro(...) estávamos numa ação entregando 200 cestas básicas para as famílias da região Pantanal. Estamos cansados. A gente não tem direito de entregar comida, a gente não tem direito a cuidar dos nossos. A gente não tem direito a nada ...

Integrante da Frente CDD – Cidade de Deus.

Os impactos da pandemia de Covid-19 seguem agravando as desigualdades socioeconômicas e espaciais nas grandes cidades brasileiras, vistas a olho nu e esmiuçadas há décadas em diagnósticos e pesquisas no campo das ciências humanas, sociais e da saúde. Ao contexto desigual de acesso as condições sanitárias para uma melhor saúde urbana em territórios como as favelas e as periferias, adiciona-se a realidade de uma geração de homens e mulheres jovens ali residentes, em sua grande maioria negros, que vivem uma condição juvenil marcada por dificuldades na inserção educacional e na vida produtiva. As causas estruturais dessa condição se assentam na precarização e informalidade do mundo do trabalho, colocando também em xeque as aspirações de mobilidade social prometidas pelas instituições educativas. Disto resultam trajetórias escolares erráticas, reforçadas pelas exigências de sobrevivência, bem como experiências laborais instáveis e intermiten-

<sup>1</sup> Sociólogo, coordenador da Agenda Jovem Fiocruz

<sup>2</sup> Socióloga, coordenadora da Agenda Jovem Fiocruz



tes, fruto de sucessivas crises econômicas e flexibilização de direitos trabalhistas, que afetam de maneira mais contundente a faixa de idade entre 15 e 29 anos.

Os desafios a essa geração de jovens não param por aí. No dia 20 de maio de 2020 integrantes do grupo Frente CDD estavam distribuindo cestas básicas na favela de Cidade de Deus, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, quando foram interpelados por uma operação policial que vitimou de morte um jovem de 18 anos. Dois dias antes, o adolescente João Pedro, 14 anos, havia sido alvejado em uma abordagem da polícia com 70 tiros em sua casa no Complexo do Salgueiro no município fluminense de São Gonçalo. Apesar da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, em junho de 2020, restringindo operações policiais enquanto viger o estado de calamidade pública em função da pandemia, relatos de situações semelhantes de ação estatal nas favelas vem ocorrendo por parte da polícia durante esse período, cuja expressão mais midiática foi a chacina do Jacarezinho em 06 de maio deste ano que matou 28 pessoas, incluindo um policial. As ocorrências abundam demonstrando que ao invés de serem públicos prioritários de medidas econômicas justas e de políticas sociais para juventude, estes jovens são marcados por serem alvos de políticas de segurança ineficientes e de estratégias homicidas que os colocam constantemente na mira do braço armado do Estado.

Sob o parâmetro epidemiológico, desde o início de 2021, o fenômeno do rejuvenescimento da pandemia tem sido identificado pelo aumento do número de contaminação, internação e óbitos na faixa de idade entre 20 a 49 anos. Na esteira de certa percepção do senso comum que tributa à juventude impulsos incontroláveis por lazer e diversão, parte da opinião pública produz interpretações que recaem na responsabilização individual de jovens quanto à infecção pelo coronavírus, realçando as consequências daí inerentes como o agravamento da sua condição de saúde e os riscos de contaminação aos seus círculos de convivência.

Obviamente, todos os apelos à consciência sanitária para o momento atual são fundamentais e campanhas que procurem incidir em um comportamento individual mais responsável devem ser estimuladas e ampliadas. Ocorre que os fatores estruturais da exposição da juventude ao coronavírus devem ser igualmente colocados em evidência.

Segundo dados do IBGE (2021), 31% da população jovem de 18 a 24 anos no Brasil está desempregada; esse número aumenta para 46,3% na faixa de 14 a 17 anos. Tais percentuais estão muito acima da média geral que é de 14%. O IPEA (2021) informa que há 4,1 milhões de jovens em busca de emprego no país. Ou seja, expressiva parcela da juventude que não está trabalhando, está buscando trabalho. Não é difícil concluir que boa parte destes jovens, para garantir alguma renda, assumem trabalhos que não oferecem nenhuma proteção – nem social ou trabalhista, nem de exposição à saúde na pandemia.

O DIEESE (2020), por exemplo, sinaliza que do contingente de quase 1 milhão de motoristas e entregadores de aplicativos, 43% está abaixo dos 30 anos, sendo 95% homens. Estudo de Ludmila Abílio (2020) desvela as distinções desiguais nessa mesma função: quanto mais precária a condição de trabalho (por exemplo, entre os motoboys e os bikeboys), mais negro e periférico é o jovem trabalhador.

Outras ocupações poderiam facilmente explicitar a enorme exposição da juventude no contexto da pandemia, tais como cuidadoras cujas mulheres são as principais trabalhadoras; empregos domésticos, ambulantes, e todos os tipos de “viração” que exigem deslocamento e circulação nas ruas. Não há, portanto, respostas fáceis à situação social, econômica e epidemiológica da juventude brasileira; inclusive mais confundem do que orientam, determinadas visões caricaturais sobre os jovens que alcançam o debate público.

Neste momento, contudo, nos parece relevante as convergências de diversos atores para mitigar os efeitos nefastos da pandemia nas populações de favelas e periferias. No entanto, frente aos fatores estruturais das desigualdades persistentes, cabe mencionar a aguerrida organização da própria juventude em mobilizações coletivas que explicitam sua condição. Frisar o caráter de coletividade, é matizar as soluções de cunho meritocrático, como supõe por exemplo a ideia de “resiliência”, que coloca acento em histórias individualizadas de superação de jovens em cenários adversos. Atualmente, a noção de “potência” também vem sendo propalada para se dirigir a juventude e certamente já assume múltiplos significados, dependendo de quem a manuseia.

O fundamental na leitura aqui proposta é que, se, por um lado, histórias pessoais de superação devem ser celebradas, ou, na dimensão social, a convocação de um “nós por nós” assegura o protagonismo das populações faveladas na busca de soluções pelo caminho da solidariedade, por outro, não se dispensa no plano político a contínua exigência de políticas efetivas por parte dos poderes constituídos na responsabilização daquilo que lhe é devido. E isso é uma tarefa não apenas dos jovens: para uma presença estatal nas favelas e periferias que afirma a vida e não a morte física e simbólica da juventude, é preciso mais democracia, mais acesso à justiça, mais reconhecimento e garantia de direitos, mais igualdade social e econômica e muito comprometimento de outras gerações que ocupam os espaços de poder e decisão. Diante desse cenário de desigualdade agravado na pandemia, uma resposta institucional mais contundente é urgente e necessária em favor da juventude.



## MOBILIDADE TERRITORIAL E COVID-19

**Maria Elizabeth Trindade**, estudante de Terapia Ocupacional/IFRJ; uma mulher em busca do direito de sobreviver.

Para eu começar a falar da minha história, tenho que primeiro abordar a história da minha querida mãe. Era menina do interior de Belém do Pará, descendente de índios e vivia com a família, pai, mãe e cinco irmãos. Das histórias que ela poucas vezes costumava contar, o que a deixava contente era lembrar da infância. Contava que vivia livre, brincou muito, subia em árvores, ajudava seu pai a fazer farinha no tacho, secar o amido de aipim e etc. Dava pra ver a nostalgia que sentia daquela época, seus olhos marejavam em lágrimas.

Ela contava que quando tinha por volta dos seus quatorze anos, um casal chegou até a sua família e conversando com seu pai, convenceu-o de que ela viesse para a cidade grande, o Rio de Janeiro, com o intuito de ser “alguém na vida”, lhe daria casa, estudo, roupas e ainda mandaria um dinheiro para a família se manter.

Então, no ano de 1950, aquela jovem colocou em sua mala seus sonhos, chegando aqui no Rio de Janeiro. Não passou de uma menina empregada doméstica que trabalhava até aos domingos, descansando só quando os patrões dormiam. Não tinha para onde ir, dormia no emprego. Nunca colocou o pé na escola, não sabia ler e nem escrever. Por que os patrões a quereriam alfabetizada? Isso não era a prioridade. E assim foi sua vida, trabalhando de domingo a domingo e de vez em quando, num momento de folga, se distraía com as colegas que tinham histórias parecidas com as dela.

Essa mulher, carregada de frustrações, transferiu para o “amor”, o “casamento”, seu sonho de realização, principalmente o de ter sua

residência. O sonho da “casa própria” sempre estava no sonho de consumo da minha mãe, mas coitada, com cada companheiro que se envolvia engravidava. Sete filhos, essa foi a quantidade da sua prole; até um filho do patrão ela tem, se deixou levar na conversa, foi usada e abusada.

Com essa quantidade de filhos, sem casa própria, alguns daquela turma foram para o orfanato, outra parte para pessoas que cuidavam de crianças. Eu fui uma das crianças que foi para o colégio interno. Queria entender as poucas visitas, por que eu não ia para casa igual às outras crianças. Logo depois que saí do orfanato, lá pelos anos de 1984 descobri o porquê. Minha mãe não tinha onde abrigar os filhos, alugava um quarto só para ter um pouco de liberdade e privacidade; o contrato estipulava que não poderia ter crianças no local, era para pessoas solteiras.

Essa questão do sonho da casa própria era para mim um objetivo, pois vivi minha infância e adolescência vendo minha mãe sonhar e se frustrar em relação a isso. Quando sai do orfanato, me vi num quarto com mais cinco irmãos. Eu tinha uns dez anos de idade, aos quatorze já estava namorando, aos quinze já era mãe, com vinte e dois já carregava a responsabilidade de criar e educar três crianças. A única diferença entre eu e minha mãe, é que eu sabia ler e escrever, no mais, também vivia de favor numa casa do tio do pai das crianças.

Também fiquei com a pretensão de ter um lugar para chamar de meu lar, para dar mais garantia para os filhos de que não iriam ficar desprotegidos na falta de nós pais. A relação matrimonial não era lá das melhores, nas idas e vindas do relacionamento apareceu uma oportunidade de “ouro” que iria realizar o sonho que no momento era meu e que durante anos foi o da minha mãe.

Um político da localidade comprava áreas, tipo sítios, onde o proprietário queria se desfazer. Comprei um lote no ano de 1997, mas não fui uma das primeiras a adquirir o terreno; fui uma das quarenta primeiras na

época. Ali começava minha alegria, pois o loteamento seria no mínimo 86 casas, com água, ruas asfaltadas, luz, etc. As máquinas trabalhavam e a realização crescia. Abriam ruas para nivelar, já estava imaginando um bairro pavimentado com praça e acessível para nós moradores. Na época, tudo parecia muito perfeito com as obras, mas era maquiagem.

Aqui, o nome dado para a comunidade é Vale do Canaã, mas costumo dizer que é Faixa de Gaza porque dá pra ouvir nitidamente os sons dos tiros, pois fica entre o morro de Camará e a Vila Kennedy. De vez em quando a ronda circula para ver como está o território. Mas não dá para fazer morada na localidade, é uma área aberta de fácil visibilidade para emboscadas; nada de tráfico é fixo.



Imagem: acervo pessoal Maria Elizabeth Trindade

Nós, moradores, fomos enganados em relação à infraestrutura do local. Aqui nem todas as casas tem relógio de eletricidade, nossa água é clandestina, não temos redes de esgoto, nossa rua não é pavimentada, tudo é deficitário. Quando não chove o acesso é menos complicado, mas quando chove é um transtorno, caminhão não sobe e o carro tem sua dificuldade também e alguns não sobem a rua. Fica impraticável. Temos



que inventar estratégias de deslocamento, parece que manter essas condições do local é benéfico para alguns candidatos da redondezas aqui, se torna um reduto eleitoral.

Não bastasse as doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, que na comunidade era grande, tem também a contaminação por dengue e Zika. Esse Covid-19 veio para nos assustar ainda mais, é rezar para que o dia esteja enxuto para que o socorro aconteça. Nós queremos sobreviver a esse holocausto pandêmico produzido por governos egocentristas, birrentos e canalhas.

Quando olho para a redondeza, vejo que a minha comunidade só cresce, sem nenhuma infraestrutura, pois é um lugar que não fica às vistas das pessoas. Para conhecer o lugar tem que subir o morro. Ao mesmo tempo que as condições de acesso inibem algumas visitas, por outro lado, o medo transita, pois, nenhum isolamento é absoluto, as pessoas têm que trabalhar para a sua sobrevivência e da família.

No dia 10/04/2020, o sogro de minha filha faleceu em decorrência do vírus, a residência fica no bairro de Cosmo. Ela estava lá auxiliando a família, fiquei muito agoniada com a situação. A gente sabe como moramos, os contatos, os espaços das nossas residências e as nossas dificuldades enquanto povo de comunidade. Estou respeitando as orientações da OMS e das autoridades sanitárias, mas um saneamento básico precário facilita a proliferação do vírus e a rua sem pavimentação dificulta o socorro.

Políticas públicas urbanas são fundamentais para se praticar a mobilidade e pensar instrumentos capazes de transformar padrões da urbanização socialmente injustificáveis, como a precariedade e a segregação socioespacial imposta para os moradores das comunidades. Estas políticas devem ser priorizadas.



## MOVIMENTOS SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento do covid-19. Um delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta seção repercute as lutas dos movimentos sociais de favelas pela garantia de direitos básicos.

Nesta edição, o Radar publica o texto de um coletivo que acaba de ser criado com o objetivo de movimentar a cena cultural de Manguinhos: o Coletivo Manguinhos Cria. Como primeira intervenção, o coletivo organizou o Festival de Graffiti de Manguinhos, apostando na arte para combater a pandemia.

# COLETIVO EM MANGUINHOS APOSTA EM CULTURA NO COMBATE À PANDEMIA

## Coletivo Manguinhos Cria

“Muita gente acha que política é uma coisa e cidadania é outra, como garfo e faca, e não é. Política e cidadania significam a mesma coisa. Não existe sucesso e felicidade sem o exercício pleno da Cidadania e da ética global. Cidadania é um vírus Benigno que a sociedade brasileira precisa se deixar contaminar”.

Após um ano de pandemia e mudanças no comportamento social, algo que nos assustava era a pergunta: como será o futuro? Não existia nenhuma perspectiva de melhora em relação a saúde, educação e cultura na nossa favela. Hoje essa pergunta não nos aflige porque apesar da ausência dos órgãos responsáveis, nós decidimos criar eventos/atividades que possam contribuir de alguma forma para o enfrentamento desse período pandêmico que estamos passando.

Foi nesse contexto de violência e descaso governamental que encontramos força inspiradora para realizar ações que possam reverter os impactos negativos gerados pela Covid-19.

E com o objetivo de fomentar a cena cultural e levar esperança através da arte, nasceu o coletivo Manguinhos Cria, da união de produtores culturais, educadores, artistas e crias da região em celebração à vida! Nossa primeira intervenção como coletivo organizado foi o 1º Festival de Graffiti do Manguinhos, onde tivemos a oportunidade de contribuir diferentes esferas da sociedade que sofreram perdas durante a pandemia.





Imagem: Sara Fernandes - @sar4fernandes

O contato com artistas de graffiti de outros estados possibilitou o intercâmbio cultural inter-regional entre estilos de diferentes regiões, que tiveram uma experiência singular em grafitar um muro de uma favela. Além desta troca, os artistas contaram com uma ajuda de custo que tinha como objetivo cobrir parte do gasto material e de alguma forma auxiliar os custos de vida do grafiteiro. Entendemos que esta classe de artistas foi duramente afetada durante a pandemia e o Festival de Graffiti em Manguinhos buscou auxiliá-los neste sentido.

Os grafiteiros foram instruídos a deixarem as crianças participarem das pinturas, esta ideia vem da nossa preocupação com as crianças que, por conta da pandemia, estão ausentes do espaço escolar, espaço este que na maioria dos casos é a única fonte de cultura e arte para as crianças da favela. Neste sentido o Festival de Graffiti em Manguinhos também veio para tirar as crianças dessa ociosidade e proporcionar um dia lúdico com atividades de pintura junto aos grafiteiros.

Outro aspecto importante do evento neste contexto de pandemia foram as 50 cestas básicas distribuídas durante o festival. Desta forma, conseguimos unir a comida e a arte numa mesma ação no território: a comida como alimento material fundamental nesse período de pandemia onde muitas pessoas passam dificuldade e a arte, o alimento imaterial que contribui para suportar os dias difíceis enfrentados pelos moradores de favela.



Produzir o Festival de Graffiti convidando artistas de outros locais só foi possível graças ao esforço coletivo de diferentes agentes que contribuíram de diversas formas, tivemos apoio em relação ao custo do



evento pedindo doações pelas mídias sociais, recebemos jornalistas e fotógrafos que cobriram o evento e também recebemos as doações de cestas. Desta forma foi possível atuar em diferentes frentes de batalha no enfrentamento à Covid-19.

“O sorriso das nossas crianças e o consentimento dos mais velhos é o que nos motiva. Somos protagonistas do nosso destino. Sabemos que a mudança virá, pois estamos trabalhando para isso. E faremos muito mais, até que as nossas escolas funcionem de verdade. Até que nosso povo tenha um trabalho digno e ócio criativo para contar as nossas histórias. Somos o coletivo Manguinhos...Cria.”



Imagem: Sara Fernandes - @sar4fernandes

# EXPEDIENTE

## **Elaboração**

### **Cooperação Social da Fiocruz**

André Lima

Djefferson Amadeus

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

### **Ensp | Fiocruz**

Roberta Condin

### **EPSJV | Fiocruz**

Carlos Eduardo Batistella

## **Coordenador Editorial**

Fábio Araújo

## **Colaboradores nesta edição**

Adélia Rosa

Adriana Martins

Alexandre Martins

André Lima

André Sobrinho

Janaína Soares

Joane Vaine

Léa Ramasine

Luciane Ferrareto

Maria Elizabeth Trindade

Raimundo Carrapa

Sara Fernandes

Vânia Rosa

## **Movimentos Sociais e Coletivos**

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMBRio)

Coletivo Manguinhos Cria

Conselho Comunitário de Manguinhos

Grupo de Estudos Integrals Demétrius

Instituto Socioeducativo Reaprender

Movimento Negro Unificado (MNU Vila Kennedy/Nova Iguaçu)

Painel Unificador Covid-19 nas Favelas

## **Revisão**

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Luiza Gomes Henriques

## **Projeto Gráfico e Diagramação**

Mariane Martins





Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**